



Boletim Goiano de Geografia  
E-ISSN: 1984-8501  
boletimgoianogeo@yahoo.com.br  
Universidade Federal de Goiás  
Brasil

Faria de Amaral Brito, Regina; Batista de Deus, João  
A INTERFERÊNCIA DA GESTÃO MUNICIPAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO  
Boletim Goiano de Geografia, vol. 29, núm. 1, enero-junio, 2009, pp. 107-118  
Universidade Federal de Goiás  
Goiás, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337127151008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# Artigos





# A INTERFERÊNCIA DA GESTÃO MUNICIPAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

*THE INTERFERENCE OF THE MUNICIPAL MANAGEMENT IN URBAN SPACE PRODUCTION.*

*INTERFERENCIA DE LA GESTIÓN MUNICIPAL EN LA PRODUCCIÓN DE ESPACIO URBANO*

**Regina Faria de Amaral Brito – Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Anápolis**  
reginafab@hotmail.com

**João Batista de Deus – Universidade Federal de Goiás**  
deus@iesa.ufg.br

## Resumo

Este trabalho surge com a intenção de vincular um olhar proveniente da Arquitetura às categorias e análises da Geografia acerca da gestão municipal no processo de produção da estrutura urbana. Nesse sentido, discuti-se algumas categorias essenciais à compreensão do espaço e elabora-se um diálogo com diferentes autores para definir a concepção abordada nesta pesquisa. A partir dessa discussão teórico-conceitual, busca-se analisar e discutir o processo de gestão urbana. Parte-se do pressuposto de que a configuração da mesma é resultante da interferência do poder público que, por sua vez, tem respondido à ação de interesses privados.

**Palavras-chave:** Gestão Municipal. Produção do espaço urbano.

## Abstract

This paper intends to link an Architecture-originated view to Geography's categories and analysis about municipal management in the process of urban structure production. In this sense, we discussed some essential categories for the comprehension of space, and we established a dialogue with different authors in order to define our conception for this study. From this theoretical and conceptual discussion we aimed to analyze and discuss the urban management process. It has been assumed that the urban setting is a result of the interference of the Municipal Management which has responded the action of private interests.

**Key-words:** Municipal management. Urban Space Production.

## Resumen

Este trabajo está destinado a obligar a una mirada desde la arquitectura y analiza las categorías de la geografía en la gestión municipal en el proceso de producción de la estructura urbana. En consecuencia, discutir algunas de las categorías esenciales para la comprensión del espacio y la creación de un diálogo con diferentes autores para definir el concepto abordado en este estudio. De esta discusión teórica y conceptual, se pretende analizar y discutir el proceso de gestión urbana. Se supone que la configuración de la misma se debe a la interferencia de la autoridad pública que, a su vez, ha respondido a la acción de intereses privados.

**Palabras clave:** Gestión municipal. Producción de espacio urbano.

Boletim Goiano de Geografia	Goiânia - Goiás - Brasil	v. 29	n. 1	p. 107-120	jan. / jun.	2009
-----------------------------	--------------------------	-------	------	------------	-------------	------

## Considerações iniciais

O presente artigo emerge de inquietações frente ao papel e responsabilidade social dos profissionais que transitam na análise dos graves problemas decorrentes do processo de urbanização desigual das cidades brasileiras. Tem como objetivo auxiliar a pensar a interferência da gestão municipal no processo de produção da estrutura urbana. Confronta-se com os aspectos das bases teórico-metodológicas acerca do espaço urbano, enquanto categoria geográfica.

O olhar é de um profissional arquiteto-urbanista que percorre um caminho na esfera da geografia e busca subsídios para ampliar e, ao mesmo tempo, aprofundar a visão acerca dessa temática comum a ambas as áreas de conhecimento.

Observa-se que a configuração urbana resultante, em determinado momento histórico, não é espontânea, muito menos aleatória, mas é decorrente da interferência do poder público que, por seu turno, tem respondido à ação de interesses privados.

Santos (1996, p.61) lembra que: “Todos os espaços são geográficos porque são determinados pelo movimento da sociedade, da produção”. Portanto, analisar a produção do espaço urbano é deparar-se com o contexto de reprodução da vida em seus aspectos históricos, sócio-econômicos, políticos e sociais. É ultrapassar a concretude do objeto a partir de uma abordagem onde esse espaço deve ser visto em sua totalidade, buscando transcender as visões reducionistas que, com certeza, não contribuirão para o reconhecimento da inter-relação entre o homem e o modo de vida de determinada localidade.

Então, a partir dessas considerações iniciais, busca-se estabelecer uma análise do espaço geográfico de forma multidisciplinar, tendo em vista as interfaces entre a produção do espaço, as relações sociais presentes no momento histórico da mesma e a interferência da gestão municipal nesse processo.

## Algumas idéias centrais

Este tema emerge das inquietações advindas da constatação de que, por iniciativa pública e/ou privada, a configuração do espaço urbano é o resultado das ações sociais com forte atuação do Governo Municipal (SAN-

TOS, 1988). Nesse sentido, entende-se que o papel do poder público tem sido decisivo para o direcionamento e a forma como a evolução do citado espaço tem acontecido em nossos municípios.

A vinculação da questão espacial a uma diversidade que inclui as questões sociais, físicas e políticas possibilita a construção de uma ponte entre o espaço enquanto categoria, e a análise das ações geradas através do exercício político dos Governos Municipais. De acordo com Santos (1988, p.24): “Se o espaço é indispensável ao exercício do mando, é bom lembrar que é também suporte necessário e suficiente para que surjam disputas pelo poder”. Para o autor, o que acontece na cidade pode ser comparado a um jogo urbano que ele compara a “um jogo de cartas” onde o sítio determinado é a sua mesa.

Aí se juntam parceiros que se enfrentam segundo os grupos e filiações a que pertençam. Há os políticos, técnicos e funcionários que representam o GOVERNO [...] existem as EMPRESAS que agem através de investimentos na indústria, no comércio e nos serviços, com especial destaque para o capital ligado aos ramos imobiliário e da construção civil, cujas ações têm reflexos diretos no meio urbano. Por fim entra a POPULAÇÃO, fragmentada nos mais diversos grupos (vizinhança, filiação política e religiosa, profissão, parentesco, afinidades...). (SANTOS, 1988, p.50, grifo do autor).

Partindo dessa problemática, concorda-se com Villaça (1998, p.15) quando diz que “[...] há certos processos sociais nos quais, espaço e sociedade estão de tal forma imbricados que é impossível entender as relações sociais sem uma visão espacial. Isto é particularmente verdadeiro quando se trata do espaço intra-urbano, onde a presença do espaço nas relações sociais é marcante”. Um outro aspecto importante abordado pelo autor é o fato de que as transformações na estrutura intra-urbana passam pelas suas estratificações sociais, pelo desnível de poder econômico e político entre as classes em nossas metrópoles e também pela dominação que se dá por meio do espaço urbano.

Os conflitos advindos do processo de produção do espaço urbano estão vinculados aos interesses contraditórios existentes entre a iniciativa privada, os agentes sociais e o Estado, que teria o papel de mediar esse “jogo” através do cumprimento de sua missão básica de administrador e executor de uma política urbana que priorize a cidade enquanto patrimônio coletivo. No entanto, concorda-se com Santos. ao citar Certau (1980 apud SANTOS, 1988, p.27):

A cidade pode, pois, ser entendida como uma “proliferação de manipulações aleatórias e incontroláveis, no interior de imensa malha de restrições e de certezas sócio-econômicas”. Há miríades de movimentos quase invisíveis sendo jogados sobre a textura cada vez mais fina de um lugar homogêneo, contínuo e apropriado a todos (grifos do autor).

Ainda para Certeau (1980 apud SANTOS, 1988, p.28) “a linguagem do poder se urbaniza, mas a cidade é entregue a movimentos contraditórios que se combinam”. Predominam, sob os discursos ideológicos que prometem uma cidade ideal, as disputas, os jogos sem identidades claras, as influências e negociatas sem transparências, deixando a sensação de que por debaixo das máscaras sobrevive algo impossível de gerir.

### **Espaço urbano, planejamento e gestão**

Embora a cidade não seja uma categoria histórica típica do capitalismo (SANTOS, 1998), seu início vem da antiguidade com o papel de centro de controle político militar que passa pela Idade Média como centro comercial, mas é contudo no capitalismo, que a cidade se desenvolve como o lugar no qual o processo de industrialização se realiza. Com o desenvolvimento industrial, surge também uma taxa crescente de urbanização da população onde o crescimento econômico e a expansão do número de cidades, com algumas se tornando centros mais desenvolvidos, geram aprofundamento da divisão social e espacial do trabalho.

Independentemente do eixo epistemológico escolhido para a abordagem da questão urbana, os diversos autores convergem na constatação dos diferentes conflitos e jogos de interesses que, variando em grau e número, se reproduzem em todas as cidades. Para Marcelo de Souza (CASTRO et. al, 2003, p.78) ao citar um trecho do escritor chinês Sun Tzu extraído do livro *A arte da guerra*, produzido cinco séculos antes de Cristo, reconhece que a importância capital do espaço enquanto instrumento de manutenção, conquista e o exercício de poder é algo muitíssimo antigo. O território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.

Na concepção de Marx e Engels (1989, p. 78), “com a cidade aparece, simultaneamente, a necessidade de administração, de polícia, de impostos etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunal e, portanto, da política em geral”. A cidade passa a ser o lócus da produção e, portanto, da

concentração de população tendo como fundamento o trabalho, as relações de poder e a propriedade privada inter-relacionados entre si.

A verdadeira propriedade privada começa, tanto entre os antigos como entre os povos modernos, com a propriedade mobiliária, [...] através da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, que o Estado adquire uma existência particular, ao lado e fora da sociedade civil, mas este Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses [...] todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e adquirem através dele uma forma política. (MARX e ENGELS, 1989, p. 97-98)

Vários autores modernos concordam com o fato de que o Estado só passa a existir em virtude da existência da propriedade privada, principalmente pelo fato de que o mesmo é a forma como os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e de um certo modo passam a caracterizar toda uma época e suas relações econômicas, sociais e culturais.

Na mesma vertente, Carlos (1994, p. 257) chama a atenção para o fato de que a divisão do trabalho e a propriedade privada são os elementos fundamentais para a análise do processo de produção espacial. A história passar a ter uma base material real e os processos de produção da vida imediata incluem as relações humanas ligadas aos modos particulares de produção. Eles passam a ser importantes no entendimento da estruturação do espaço urbano.

A interação entre a cidade e o urbano não pode ser compreendida sem “as instituições oriundas das relações de classe e propriedade. Ela mesma, a cidade, obra e ato perpétuos, dão lugar a instituições específicas: municipais.” (LEFEBVRE, 1991, p. 53). A cidade passa a ser ao mesmo tempo o local e o teatro de interações complexas onde ocorrem os processos globais que envolvem os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. São esses os fatores que a modelam, influenciam os tempos e os espaços urbanos e permitem que grupos aí se introduzam e se apropriem.

Na mesma vertente, Gottidiener (1993) alerta para a necessidade das pesquisas urbanas avançarem na dominação das análises, apenas através dos padrões de distribuição espacial, e incluírem os problemas econômicos, políticos e sociais. Esta pesquisa insere-se na constatação do fato dos padrões sócio-espaciais serem produzidos pelas ações combinadas de forças sistêmicas na sociedade e requer um paradigma crítico na análise das questões urbanas contemporâneas. Segundo Gottidiener (1993, p.136) “a maioria dos marxistas parecem enfatizar o papel do aparelho estatal mais como um



instrumento de política pública que administra a sociedade do que como um meio significativo de *design* espacial”. Dessa forma, a função principal do Estado, na sociedade capitalista, tem sido a de administrar a crise estrutural do capitalismo. Em sua análise, estabelece que nessa sociedade, o Estado desempenha um papel mais direto na produção do espaço.

O planejamento, mesmo ineficiente, constitui um mecanismo funcional para controlar o conflito de classes nas cidades industrializadas [...] o estudo da intervenção do Estado leva, eventualmente, à análise de como o Estado administra as contradições sociais do crescimento. Assim focalizar o papel do Estado no espaço passa a ser uma preocupação que nos devolve à questão geral da natureza do próprio Estado capitalista, explorando as contradições de suas intervenções de política e planejamento como um suporte do capital. (GOTTIDIENER, 1993, p. 138).

A sociedade capitalista tem aprofundado as contradições emergentes das relações de subordinação, e o Estado tende a representar os interesses da reprodução dessa relação.

O urbano reproduz-se, de um lado, de forma “espontânea”, no livre jogo do mercado [...] e de outro, “planejada”, na medida em que o Estado passa a intervir cada vez mais na produção da infra-estrutura ou na criação de leis de zoneamento urbano. Neste sentido o planejamento passa a ser uma válvula de escape para diminuir os desequilíbrios ou aliviar as tensões [...] (CARLOS, 1994, p. 189, grifos do autor).

Em nome do desenvolvimento são criadas normas e leis nas quais o Estado, aliado ao capital, passa a regular o processo de trabalho e vida da sociedade. Ele detém um papel de mediador importante nos conflitos advindos das lutas de classes, mas na visão de Gottidiener (1993, p. 28), “[...] o planejamento urbano em *toda* sociedade é uma fachada para o poder”.

Na concepção de Souza (2004, p. 29),

Embora a lógica da ação do Estado, em uma sociedade capitalista, *tenda* a ser a da reprodução da ordem vigente, isso não precisa ser sempre uma verdade; aquilo que é verdade “no atacado”, ou estruturalmente, não é, necessariamente, sempre verdade “no varejo”, ou conjunturalmente. Contradições e conflitos, se bem explorados, podem conduzir a situações bem diferentes de um simples reforço de dominação, perpetuamente renovado, por parte do Estado.

Essa visão mais contemporânea tem subsidiado os técnicos que veem o planejamento como um instrumento basilar na coordenação do crescimen-

to e desenvolvimento dos municípios, tendo em vista uma “democratização” do “uso do solo”.

A respeito da diferença nos conceitos de planejamento e gestão, Souza (2004) desenvolve a idéia de que, a partir da década de 1980, o conceito de gestão inicialmente vinculado apenas às questões de administração de empresas vem se expandindo para a área urbana, ambiental, educacional, dentre outras. Basta rever os termos que surgiram, tais como: gestão urbana, gestão ambiental, gestão educacional, gestão de ciência e tecnologia e outros mais.

Na interpretação de alguns estudiosos, o termo gestão vem substituir o planejamento por estar desgastado e desacreditado pela associação a práticas autoritárias e tecnocráticas, buscando uma forma de controle mais democrática.

Planejamento e gestão não são termos intercambiáveis, por possuírem *referenciais temporais distintos* e, por tabela, por se referirem a *diferentes tipos de atividades*. Até mesmo intuitivamente, planejar sempre remete ao futuro: planejar significa *tentar prever a evolução de um fenômeno*[...] De sua parte, gestão remete ao *presente*: gerir significa *administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas*. O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação [...] das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir. Longe de serem concorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são *distintos e complementares*.(SOUZA, 2004, p.46, grifos do autor).

Mesmo que o planejamento tenha sido retirado de seu pedestal, ele não pode ser confundido com gestão. Souza (2004) chama a atenção para o fato de que o planejamento vem perdendo espaço diante do “imediatismo e do privatismo característicos da ação do estado pós-desenvolvimentista no Brasil. É tolice imaginar que o planejamento desapareceu ou está em vias de desaparecer e que, agora, *tudo é gestão*” (SOUZA, 2004, p. 54, grifos do autor).

A partir dos graves problemas decorrentes do crescimento desordenado das cidades na “era da máquina” é que foram surgindo, em todas as grandes centralidades urbanas, as políticas genericamente denominadas de “desenvolvimento urbano”. Segundo o IBAM (1994, p.13), “[...] estas políticas são normalmente consideradas as ações do Poder Público que têm como objetivo o controle dos processos de mudanças do meio ambiente urbano, que vão desde a configuração interna das cidades e localidades (intra-urbano) até a estrutura geral da rede urbana”.

## O município e a produção do espaço urbano

Conforme Carlos (1994, p.83), “a reprodução do espaço urbano recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital”. Esse processo vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade, baseados, principalmente, nos mecanismos de apropriação privada. Nesse contexto, o uso do solo é o produto da condição geral do processo de produção da sociedade, que por sua vez, determinará a configuração do espaço urbano. Enquanto a cidade cumpre o papel do “lôcus” da localização dos usos industrial, comercial, do local do trabalho social, da aglomeração de mão-de-obra, mercadorias, enquanto materialização das condições de produção, o urbano será analisado como meio do processo de reprodução da sociedade. Dessa forma, a produção espacial realiza-se de modo a viabilizar o processo de reprodução do capital.

As contradições sociais emergem naturalmente na organização do espaço urbano com suas contradições e desigualdades. O acesso à habitação e aos meios de consumo coletivo, incluindo o lazer e a infra-estrutura necessária, tais como: escolas, creches, hospitais, transporte, e serviços em geral, estarão diferenciados pela camada social e pela localização no espaço urbano.

De acordo com Harvey (2005, p.171), “o poder de organizar o espaço se origina em um conjunto complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais.” Torna-se, portanto, um processo conflituoso, pois a disparidade de interesses, somada às desigualdades latentes, induz a formação de um espaço onde as contradições estão refletidas e ressaltam o processo de luta contido no mesmo.

Conforme Carlos (1994, p. 97),

Do ponto de vista da superestrutura, há o uso do solo pelos organismos de planejamento, instituições municipais, estaduais e federais, as intervenções políticas – é o espaço da gestão e do controle. Este controle é fundamental para o capital; entretanto, tais mecanismos entram em colisão com os anseios e as necessidades da sociedade, o que gera a luta.

O espaço urbano é, portanto, o local de decisões públicas em cascata, no qual o jogo cruzado dos agentes imobiliários e dos grandes incorporadores representantes das classes dominantes e dos agentes da classe dominada se estabelecem (LOJKINE, 1997). As dinâmicas das mudanças do uso do solo urbano se fixam no cerne do processo de reprodução espacial, vinculada às contradições entre a superestrutura da sociedade e sua base econômica. De acordo com Carlos (1994), a periferia é o destino do trabalhador de baixa

renda, em áreas pouco valorizadas pela dificuldade de acesso, inexistência, ou deficiência de infra-estrutura e desvalorização do solo urbano.

Através do estabelecimento da política urbana, fruto das contradições do processo de produção capitalista, o Estado, nesse aspecto, também através da gestão municipal, interfere diretamente no processo de produção do espaço, seja como produtor direto, seja como criador de infra-estrutura pelo mecanismo de planificação, ou através do estabelecimento de leis e decretos. Esses passam a ser o arcabouço jurídico que define o plano diretor enquanto instrumento de planificação, no qual vão estar estabelecidos os requisitos para parcelamento e uso de solo urbano.

A ideia do estabelecimento de políticas urbanas pautadas em uma visão abrangente de intervenção que transcende as esferas físico-territoriais e transita nos aspectos sociais, econômicos e administrativos, como instrumento de transformação dos problemas urbanos, tem sido amplamente questionada por pensadores da área da geografia e da arquitetura. Segundo Villaça (1998), nessas sete décadas de história de implantação de Planos Diretores no Brasil, enquanto instrumento de planificação urbana, não se tem notícia de nenhuma administração pública que se tenha pautado, mesmo que minimamente por alguns anos, por um Plano Diretor abrangente e eficaz. Para ele, os planos “são cortina de fumaça para tentar ocultar o fracasso da classe dominante em resolver os problemas urbanos” (VILLAÇA, 1998, p. 21).

Ainda conforme Villaça (1998) a falsa valorização dos planos se insere na tentativa de colocar o conhecimento técnico e científico como guia da ação política. O planejamento, representado pela ideia do Plano Diretor, está necessitando de uma revisão radical, ou seja, na raiz, pois todos os seus pressupostos estão a exigir um questionamento. Os planos elaborados definem os desejos de uma minoria, funcionam de forma a ocultar as reais causas dos problemas urbanos que assolam a maioria da população. A solução desses problemas só pode ser encontrada em uma obra coletiva, na qual a maioria detenha a supremacia da decisão.

### **Considerações finais**

De uma maneira geral, a prática tem demonstrado que o papel dos intelectuais, pesquisadores e técnicos vinculados à árdua tarefa de transformar a realidade sócio-espacial, tem sido modesta. Isso acontece em função do caráter eminentemente político dessa transformação que passa a ser autênti-

ca e legítima, se assumida, no dizer de Souza (2004), material e intelectualmente por uma coletividade, e conduzida democraticamente ao invés de ser inspirada por intelectuais tecnocráticos e impostas pelo Estado.

Nas palavras de Marx e Engels (s.d, apud VILLAÇA, 1989) “cada nova classe no poder é obrigada, quanto mais não seja para atingir seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade [...]” É dessa forma que a supremacia do grupo que detém o poder não é apenas moral e política, mas também intelectual.

Seguindo essa mesma abordagem, concorda-se com Souza (2004) ao vincular a atuação do Estado aos interesses da classe dominante.

O Estado não é ‘neutro’ [...] é, antes, uma condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classe’. [...] O Estado tende a produzir, como vetor resultante em termos de ações, intervenções conformes tais interesses dos grupos e classes dominantes, que dispõem de mais recursos e maior capacidade de influência. (POULANTZAS, 1985, apud SOUZA, 2004, p.326).

Ao continuar em seu enfoque, o autor aborda a problemática atual da falta de transparência e prestação de contas da administração pública à população e coloca a representação dada ao político como: “[...] entregar um cheque em branco assinado para alguém que não se conhece muito bem, com a vaga promessa de que esse alguém sacará apenas um determinado valor da conta, e nada mais” (SOUZA, 2004, p.327). Os frágeis mecanismos de controle entre as relações público-privadas têm conduzido a política estatal a ser presa fácil da corrupção. Poder-se-ia deter-se em analisar exemplos recentes das denúncias da existência do “caixa dois” e do denominado “mensalão”. Esses têm mobilizado a atenção da mídia nacional em torno de denúncias de desvio de verbas federais para financiamento de campanhas e de transações com “malas pretas” para o pagamento de adesões de políticos ao governo nas votações parlamentares. Acontecimentos símbolos-síntese da roubalheira nacional, corrupção e suborno para apoio partidário ao governo federal.

Esse esquema corrupto desmascara a relação incestuosa entre o público e o privado e joga luz sobre as trevas que encobrem o submundo que tem sido o financiamento de campanhas políticas. O caixa dois passa a ser “um negócio de mão dupla que interessa tanto aos próprios políticos, que se beneficiam do dinheiro durante as eleições, quanto aos investidores, que são favorecidos quando o ex-candidato ocupa algum mandato.” (MARCOS; LIMA, 2005 p.9). Essas transações demonstram, com clareza, os reais objetivos que alimentam a definição das políticas públicas. Com certeza, as

“doações” aguardam a “recompensa” futura do investimento de campanha acobertada por uma prática obscura adornada por um “marketing” político sofisticado. Se não bastasse, inclui-se a essas doações, a prática de licitações arranjadas e obras superfaturadas, que acabam sendo reinvestidas nas campanhas eleitorais transformando a figura do “doador”, prevista na legislação eleitoral, em investidor que, como tal, buscará seu lucro.

No dizer do cientista político Walter de Góes, “o país, que sempre teve uma base ética frágil, caiu numa corrupção muito grande” (MARCOS; LIMA, 2005 p.9). Esse fato, aliado ao encarecimento das campanhas políticas, exige mais e mais recursos a cada dia, torna menos transparente as relações entre a iniciativa privada e o poder público, e alimenta essa prática degradante. A política abandona a essência de seu conceito de dar o sentido da ação, pois desagregada do valor ético, perde a razão de sua existência.

Todas essas ponderações buscam clarear a questão essencial da interdisciplinaridade entre o espaço e os fatores que determinam o movimento da sociedade que são as relações políticas, econômicas, sociais e culturais. Observa-se que a configuração urbana resultante em determinado momento histórico não é espontânea, muito menos aleatória, mas é decorrente da interferência do poder público que por sua vez, tem respondido a ação de interesses privados. Não basta, pois, analisar as estruturas sociais para compreender o arranjo espacial. Compreender os meandros da estrutura política é fundamental na definição de quem realmente define e controla o estabelecimento da política urbana.

Carlos (1994), ao citar sabiamente Simone de Beauvoir nos alerta: “Todo pensamento se desenvolve não entre ideias, mas pondo a descoberto uma prática”. Então, o desvelamento das questões pontuadas tem que estar alicerçado a uma análise, tendo em vista o caráter de totalidade que reveste a abordagem do espaço urbano. Esse caminho, indubitavelmente, conduzirá a reflexões sobre a necessidade de buscar perspectivas de transformação dessa realidade que encobre interesses e práticas escusas, ora encobertas e falseadas por um discurso democrático recheado de mentiras ideológicas.

## Referências

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CASTRO, Iná Elias de et al. (org.) **Geografia: conceitos e temas**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GOTTDIENER Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBAM. Ministério da Integração Regional. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Secretaria de Relações com Estados e Municípios. **Desenvolvimento urbano e gestão municipal: Plano Diretor em Municípios de Pequeno Porte**. Rio de Janeiro, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARCOS, Almiro; LIMA, Heloisa. Caixa 2 é maior fonte de recursos de campanhas. **O POPULAR**, Goiânia, 17 jul. 2005. Folha Política, p.9.

MARX K. e ENGELS F., **A ideologia alemã** (Feuerbach). 7ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

SANTOS, A. M. S. Penalva. **Reestruturação espacial e dinâmica econômica**. Rio de Janeiro, 1998. (mimeograf.).

SANTOS, Carlos Nelson F. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF. São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 1998.

---

**Regina Faria de Amaral Brito** – Arquiteta da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Anápolis – Goiás

---

---

**João Batista de Deus** – Professor do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás

---

Recebido para publicação em Outubro de 2008

Aceito para publicação em Maio de 2009